



Educação popular e diálogo de saberes em cursos de agroecologia no IFRS *Popular education and dialogue of knowledge in agroecology courses at IFRS*

THIES, Vanderlei Franck¹; QUADROS, Milena Silvester²; SILVA, Mérli Leal³;
FIOREZE, Cláudio⁴

¹ Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Viamão, vftc3@yahoo.com.br; ² Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Viamão, milena.quadros@viamao.ifrs.edu.br; ³ Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Viamão, merli.silva@viamao.ifrs.edu.br; ⁴ Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Viamão, claudio.fioreze@viamao.ifrs.edu.br

RESUMO EXPANDIDO TÉCNICO CIENTÍFICO

Eixo Temático: Educação em Agroecologia

Resumo: A temática do presente trabalho são as conexões entre agroecologia e educação popular. O objetivo do trabalho é discutir a construção de conhecimento em agroecologia como uma ação pedagógica transformadora, a partir da educação popular crítica. O objeto de análise é um processo de educação formal em agroecologia, que articula no mesmo itinerário formativo um curso de pós graduação e de Formação Inicial Continuada, no âmbito do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. A abordagem metodológica é qualitativa e o estudo se deu com base em pesquisa ação. O trabalho demonstra como as metodologias participativas ajudam a compreender os distintos processos de desenvolvimento do conhecimento agroecológico, educando para os valores da agroecologia como opção para o desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: agroecologia; educação popular; intercampi; interdisciplinaridade; ações pedagógicas integradas.

Introdução

O modelo de agricultura impulsionado pelo capitalismo colocou o planeta à beira de um colapso. O padrão predatório de exploração agrícola introduzido nas sociedades de mercado contribuiu para uma brutal perda da sociobiodiversidade, desestabilizando ecossistemas inteiros e tornando urgente o debate em torno da crise planetária provocada pelos modelos de produção convencionais. Este sistema agrícola produtor de commodities nos conduz a alterações climáticas e ambientais que expõem e aprofundam as desigualdades sociais, políticas, econômicas, raciais e de gênero.

Por outro lado, através da articulação entre diversos agentes da sociedade civil organizada e instituições públicas têm-se construído outros referentes, capazes de defrontar os mecanismos de poder e dominação que se impõem através do modelo de ocupação territorial impulsionado pelos padrões do capital. A agroecologia cumpre um importante papel neste contexto, ao resgatar e atualizar saberes dos povos originários, tradicionais e camponeses, que encontraram na agricultura o caminho para o desenvolvimento comunitário. A agroecologia não separa sociedade e natureza para assim dominar. Ao contrário, nela humanos e não humanos compõem um único plano de ação em que são complementares, interligados e interdependentes. Na agroecologia, a política se torna um campo fundamental de



disputa por uma sociedade mais justa, onde decorre a relevância estratégica dos processos de valorização dos diferentes tipos de saberes e dos processos educativos emancipatórios na perspectiva agroecológica.

Nessa perspectiva, o objetivo do presente texto é analisar a experiência de educação formal em agroecologia promovida na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), que é levada a cabo pelos campi de Alvorada, Canoas, Restinga e Viamão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Essa iniciativa visa construir profissionais com senso crítico e habilidades para contribuir no desenvolvimento de sistemas agroecológicos, visando a atuação em comunidades dos territórios urbanos e rurais da RMPA.

Em termos conceituais, compreende-se a agroecologia como ciência, movimento político e prática social que objetiva desenvolver sistemas agroalimentares sustentáveis (GUHUR; SILVA, 2021; ABA, 2019). Conforme Caldart (2012, p. 57), a agroecologia engloba um conjunto de conhecimentos “[...] sistematizados, baseados em técnicas e saberes tradicionais (...) que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas, que em função do capital e da tecnologia foram negligenciadas como opção na produção limpa de alimentos”. A educação popular, de inspiração freireana, é o referencial teórico metodológico base da experiência aqui analisada. Segundo Paludo (2001), a atualidade da educação popular tem a ver com a crise social que penaliza, principalmente, a classe popular e pela necessidade histórica de um novo projeto de sociedade. O capital, da forma como se instituiu, gera exploração e opressão. A autora destaca que aquilo que se busca é a efetivação do direito de uma vida digna e compreende que o atual direcionamento do projeto de modernidade precisa ser transformado. Nesse sentido, o sistema agroecológico mostra-se como o mais alinhado ao projeto de sociedade preconizado pela educação popular.

O município de Viamão, onde a experiência educativa em agroecologia é desenvolvida, possui 224 mil habitantes (IBGE, 2022) e se destaca por possuir grande extensão territorial (1.496 km²) e expressivo ativo ambiental, sendo que 30% do seu território é composto por unidades de conservação ambiental, como Parques e a Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande. Além disso, possui uma importante diversidade agrária (um grande assentamento de 10 mil hectares, três aldeias indígenas Guarani-Mbyiá, três comunidades quilombolas, duas comunidades de pescadores, quase 5000 sítios urbanos e uma tradicional agricultura de produção de arroz, leite, carne e hortigranjeiros em geral). Cumpre registrar que, num raio de 50 km de Viamão, residem cerca de 4 milhões de habitantes/consumidores da RMPA. Entre outras marcas, o município possui a maior área individual contínua de produção de arroz orgânico na América Latina (de assentados) e é o maior fornecedor de hortaliças folhosas da região.

O campus Viamão, do IFRS, possui cursos de graduação, pós-graduação (em agroecologia) e ensino médio com ênfase em meio ambiente. Nesse contexto formativo, a instituição dialoga com as comunidades para troca de saberes e



trabalho coletivo no território que habitam. O curso de pós-graduação em agroecologia atende uma demanda da região, que sentiu necessidade de reflexão crítica sobre produção de alimentos saudáveis, construção de um novo paradigma de desenvolvimento e educação ambiental. Todavia, cabe sublinhar que a experiência analisada resulta da articulação de quatro campi do IFRS e alinha-se às perspectivas apontadas na Política Institucional de Agroecologia, Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável e Educação Ambiental do IFRS (PIAS).

Metodologia

A pesquisa realizada, quanto à abordagem, é qualitativa, pois centrada na compreensão das dinâmicas das relações sociais, trabalhando no âmbito do universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes dos sujeitos (MINAYO, 2012). Os procedimentos adotados enquadram o trabalho como uma pesquisa ação, que segundo Tripp(2005) é caracterizada como um processo que segue um ciclo no qual se aprimora a prática pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela. Planeja-se, implementa-se, descreve-se e avalia-se uma mudança para a melhora de sua prática, aprendendo mais, no correr do processo, tanto a respeito da prática quanto da própria investigação.

A experiência da Pós Graduação e Formação Inicial Continuada em agroecologia no IFRS

A especialização em Agroecologia teve seu primeiro ingresso em 2023, como resultado da ação integrada entre diferentes *Campi* da região metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e do intenso diálogo com agentes da sociedade civil que trabalham na promoção da Educação Popular e da Agroecologia nesse território. O curso decorre, portanto, de uma estratégia de fortalecimento da ação interinstitucional em rede e potencializa fortemente o enraizamento institucional no território, desde a construção de suas ações através da mediação e diálogo com a comunidade.

A primeira iniciativa para elaborar a proposta foi compor um grupo de trabalho (GT) que não fosse integrado exclusivamente pelas(os) servidoras(es), garantindo a participação de lideranças que representam segmentos atuantes na Agroecologia. Além das trabalhadoras e dos trabalhadores em educação do IFRS, compuseram o GT de elaboração da proposta representação da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Sul) e do Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC) do Movimento das(os) Trabalhadoras(es) Rurais Sem Terra. O olhar ampliado que resultou desta interação multiplicou os referentes de agroecologia para elaboração da proposta pedagógica, o que se traduziu em um curso mais alinhado com as realidades locais, de base plural, comprometido com a transformação social e com o desenvolvimento de conhecimentos de aplicação prática.

Além da ABA e do IEJC, o itinerário formativo contou com contribuições das seguintes entidades parceiras: Escola Técnica Agropecuária de Viamão (ETA);



Associação dos Moradores do Assentamento Filhos de Sepé (AAFISE); Cooperativa dos Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão (COPERAV); Cooperativa Mista Campos de Viamão (COMCAVI); Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pacheco (RVSBP); Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí (CBHRG); Fórum Regional da Mulher (FRM); Associação dos Moradores do Lago Tarumã (ALTA); Comitê Impulsor do Atlas Socioambiental de Viamão; Comunidades Quilombolas da Anastácia, Cantão das Lombas e Peixoto dos Botinhas.

Dentro do itinerário formativo do curso proposto, o IFRS rompeu com as formas convencionais que estruturam os currículos dos diversos cursos da rede. Em uma mesma turma ingressaram estudantes de dois cursos, que dão origem a certificações diferentes. Um deles é a Pós Graduação *Lato Sensu* em Agroecologia, para portadores de diploma de graduação em qualquer área do conhecimento, o outro se constitui como Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Agroecologia, para não graduados que tenham concluído o ensino fundamental (1° ao 5° ano completo). A intenção é criar caminhos para a horizontalidade dos conhecimentos e facilitar o diálogo entre aquelas e aqueles que detêm um conhecimento oriundo de estudos acadêmicos e aquelas e aqueles que detêm conhecimentos oriundos da experiência: são agricultores e agricultoras, militantes, pessoas ligadas aos movimentos sociais, agentes de políticas públicas, entre outros. O itinerário formativo de ambos é o mesmo, variando o processo de avaliação.

O processo formativo está alicerçado em dois grandes pilares teórico-práticos: a Agroecologia e a Educação Popular. A Agroecologia fornece os fundamentos que orientarão a análise dos padrões dominantes de agricultura praticados na região, bem como os parâmetros e diretrizes para o redesenho tanto dos agroecossistemas, como da relação sociedade e natureza e entre produtores e consumidores de alimentos. Da Educação Popular há os referentes metodológicos que guiam a relação entre os diferentes sujeitos envolvidos nos processos de ensino-aprendizagem em curso no território. Será no território onde se promoverá o diálogo horizontal dos diferentes saberes, através do uso de metodologias participativas nos trabalhos comunitários.

Quanto aos aspectos didáticos metodológicos, o curso propôs uma dinâmica de formação de grupos auto-gestionados pelas(os) estudantes. Partimos de uma discussão com a turma sobre o papel dos grupos e quanto aos acordos básicos do funcionamento do grupo em relação a algumas proposições, tais como: polifonia de vozes (estão todos e todas podendo e/ou achando espaço de fala e de escuta), democratização dos processos decisórios (todas e todos participam das decisões da turma?), graus de participação (como as/os estudantes se colocam na arena de debate?), organização interna dos grupos e encaminhamento das demandas da turma para o colegiado do curso. A experiência marcou os grupos como um importante espaço de ação e proposição da turma. Por muitas vezes, esta organização didático-política da turma levou a tensionamentos que fizeram avançar a estrutura organizativa do curso de maneira geral.



Ainda em relação aos aspectos didáticos metodológicos, a experiência que caracterizamos aqui como de inspiração na pedagogia da alternância, com base em Caldart (2000), mostrou-se fortemente relevante e efetiva em termos pedagógicos. Com a intenção de movimentar a agroecologia nos territórios, a matriz curricular do curso é perpassada pelo Plano de Ação no Território (PAT). Para desenvolvê-lo, o curso se vale do conceito de “Tempo Comunidade”, entendido como uma carga horária destinada para desenvolver projetos participativos nas localidades escolhidas pelas(os) discentes. O Tempo Comunidade, por sua vez, é o momento em que o estudante está presente no território sem a presença de um(a) professor(a) para desenvolver de forma participativa seu projeto de ação. O componente curricular de Laboratório de projetos e práticas em Agroecologia I, II e III em seu desdobramento Diálogos sobre o Tempo Comunidade é o momento no qual a(o) estudante faz o acompanhamento do Plano de Ação no Território (PAT) e a socialização dos resultados parciais. Espera-se que a construção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) aconteça como desdobramento da prática realizada no Tempo Comunidade, ou seja, no PAT.

Nesta linha político pedagógica, a proposta do itinerário formativo inclui forte intencionalidade no sentido de que os processos de ensino e pesquisa estejam integralmente conectados com a extensão. Assim, o curso propõe a integração das atividades de ensino-aprendizagem no IFRS com as comunidades de origem dos estudantes. Com base nos princípios da Agroecologia e da Educação Popular está sendo promovida a aproximação entre teoria e prática, maior aprofundamento da compreensão das complexidades que compõem as diferentes problemáticas territoriais e o engajamento dos estudantes com processos objetivos de mudança em suas comunidades.

Conclusões

Um dos grandes desafios para a educação agroecológica é a busca constante de metodologias participativas que facilitem a ação e soluções coletivas, mediante processos inovadores e disruptivos. Nesse sentido, a educação popular, transversal ao itinerário formativo, trouxe resultados profícuos na forma de educar em uma pós graduação: trabalho teórico e prático sustentado por protagonismo popular, troca de saberes, comunicação horizontal, respeito à diversidade, a assunção de valores como solidariedade, equidade e justiça social nas práticas cotidianas. É um projeto formativo muito desafiador para educadores e educandos, pois o professor deixa de ser o centro decisório. Os educandos(as) transitam com “pés de lã”, se sentiriam mais seguros com o determinismo das aulas convencionais, onde eles devem aprender o que o professor sabe. Causa estranhamentos, mas é muito transformador. Democrático. Amoroso.

Contudo, outro desafio que se impõe é romper com a educação bancária, aquela que os educandos estão acostumados e, que, de certa forma são apegados. Propor uma formação concebida a partir de uma ruptura com os saberes tradicionais demanda paciência e esperança. O conhecimento agroecológico é, em essência,



contra hegemônico. Para construí-lo é necessário ter nítido que é algo complexo e transformador e que, enquanto for espaço de resistência, haverá conflito.

Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA (ABA). Estatuto da Associação Brasileira de Agroecologia. Rio de Janeiro: ABA, 2019. Disponível em: https://aba-agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Estatuto_ABA_2015.pdf. Acesso em: 31 de maio de 2023.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

CALDART, Roseli Salete (Org.) **Dicionário de educação no campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

GUHUR, Dominique; SILVA, Nívea Regina da. Agroecologia. *In: Dicionário de Agroecologia e Educação*. DIAS, A. P. *et al.* (Org.). São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. p. 59-73.

IFRS. **Resolução 101, de 22 de outubro de 2019**. Estabelece a Política Institucional de Agroecologia, Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável e Educação Ambiental do IFRS. Bento Gonçalves: IFRS, 2019. Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2019/11/Resolucao_101_19_Politica_Alimentacao_Completa.pdf. Acesso em: 01 de jun. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2012

PALUDO, Conceição. **Educação popular em busca de alternativas**: uma leitura desde o campo democrático popular. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, 31(3), p. 443–466, 2005.